



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Relações Internacionais

Maria Gabriela Meireles Ferreira Viana
RA: 21907114

A construção da aliança entre Estados Unidos e Israel: desde a criação do Estado de Israel até o Governo de Barack Obama

BRASÍLIA
2022

MARIA GABRIELA MEIRELES FERREIRA VIANA

A CONSTRUÇÃO DA ALIANÇA ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL: desde a criação do Estado de Israel até o Governo de Barack Obama

Artigo científico apresentado como requisito 34 parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito/Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB).

Orientador: Professor Luciano da Rosa Munoz

**BRASÍLIA
2022**

MARIA GABRIELA MEIRELES FERREIRA VIANA

A CONSTRUÇÃO DA ALIANÇA ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL: desde a criação do Estado de Israel até o Governo de Barack Obama

Artigo científico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito/Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

.
Orientador(a): Professor Luciano da Rosa Munoz

BRASÍLIA, 15 DE NOVEMBRO, 2022

BANCA AVALIADORA

Professor Luciano da Rosa Munoz

Professor(a) Avaliador(a)

RESUMO

O estudo do processo de formação de alianças dentro do Sistema Internacional traz em si o envolvimento de uma análise teórica. Dito isto, o presente trabalho tem como objetivo principal elucidar os motivos pelos quais os Estados Unidos e Israel possuem uma aliança tão forte. Para compreender de forma mais clara quais os motivos que formaram e consolidaram vigorosamente essa aliança, utilizar-se-á as teorias de Kenneth Waltz e Robert Putnam, que dizem respeito, respectivamente, ao realismo estrutural e ao jogo de dois níveis. O problema da pesquisa consiste em estabelecer como a aliança entre os Estados Unidos e Israel oscilou de tempos em tempos, em um recorte temporal que tange o período de 1948 (criação do estado de Israel) até 2017 (governo de Barack Obama). Admite-se que a aliança entre essas duas nações é sustentada por um processo multifacetado que envolve as interações entre incentivos estruturais traduzidos em interesses dos EUA no Oriente Médio, identidade política e religiosa compartilhada pelas duas nações e o papel desempenhado pelo lobby israelense dentro dos EUA. A partir disso, será utilizado o método qualitativo, principalmente por meio de uma análise comparativa, com o objetivo de estabelecer algumas correlações e comparações entre dados do presente e dados do passado.

Palavras-chave: sistema internacional; Estados Unidos; Israel; lobby; lobby israelense.

ABSTRACT

The study of the alliance formation process within the International System involves the involvement of a theoretical analysis. That said, in the present work, the main objective is to elucidate the reasons why the United States and Israel have such a strong alliance. To understand the reasons that are used to consolidate, respectively, are considered as theories of Kenneth Waltz and Robert Putnam, which are, the structural and the two level game concepts. The research problem is to establish how the alliance between the United States and Israel fluctuated from time to time, in a time period spanning the period from 1948 (creation of the state of Israel) to 2017 (Barack Obama administration). Admitted alliance between two nations is underpinned by a process that involves the multiple interests of the countries of US policy in the East, identity and which involves the two interests of US policy in the East, identity and the role of the Israeli lobby within the US. From this, the qualitative method will be used, mainly through a comparative analysis, with the objective of establishing correlations and comparisons between some data from the present and the past.

Keywords: international system; United States; Israel; lobby; Israel lobby.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ALIANÇAS DENTRO DO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	8
2.1 EXPLICAÇÕES ESTRUTURAIS: KENNETH WALTZ	8
2.2 A INTERAÇÃO ENTRE POLÍTICA INTERNA E EXTERNA	10
2.3 O QUE É LOBBY?	12
3 HISTÓRICO DA ALIANÇA ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL	14
3.1 ANTES E DURANTE A GUERRA FRIA	15
3.1.1 <i>O LOBBY ISRAELENSE NA POLÍTICA NORTE-AMERICANA</i>	20
3.2 PÓS GUERRA FRIA	25
3.2.1 <i>GOVERNO DE GEORGE H. W BUSH (1989 - 1993) E DE BILL CLINTON (1993 - 2001)</i>	25
3.2.2 <i>GOVERNO DE GEORGE W. BUSH (2001 - 2009)</i>	28
3.2.3 <i>GOVERNO DE BARACK OBAMA (2009-2017)</i>	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1 INTRODUÇÃO

A aliança entre os Estados Unidos e Israel pode ser tratada como um grande exemplo para melhor explicar como os processos de cooperação e de formação de alianças dentro do Sistema Internacional. Pode-se afirmar que esta aliança foi iniciada a partir da construção do Estado Judeu, entretanto teve uma maior evolução após 20 anos, especialmente a partir da década de 1960, mas enfatizando que, de acordo com o Walt, nunca houve um acordo formal, e mesmo assim em nenhum momento foi questionada quanto ao seu nível de comprometimento por ambas as partes. (WALT, 1987, p. 12).

Dito isto, esta pesquisa é orientada pelos seguintes questionamentos: o que explica a construção da aliança de Estados Unidos e Israel? Como ela oscilou de tempos em tempos?

A partir desse questionamento, este artigo tem como foco principal a evolução da análise dos acontecimentos que sustentam esta aliança, analisando a perspectiva da política externa norte-americana para o estado de Israel, pois a aliança dos dois países trata-se de um processo multidimensional que engloba os níveis de análise da estrutura, da interação entre as unidades e da unidade.

Para que haja uma melhor compreensão do trabalho aqui exposto, torna-se necessário que alguns conceitos sejam trabalhados antes de analisar o objeto de pesquisa como um todo. Para isto, nesta primeira seção será trabalhado toda a contextualização histórica que explique como a aliança entre esses dois países se deu e como ela oscilou de tempos em tempos e os seus principais motivos. Além disso, será exposto conceito de lobby político, assim como suas características e variações, a fim de desmistificar o impacto da atuação do lobby nos processos de decisão política, dando ênfase ao impacto do lobby israelense na política externa norte-americana.

Além disso, algumas teorias das relações internacionais serão abordadas, tais como: o neorrealismo, mais especificamente a teoria estrutural trazida por Kenneth Waltz; e a teoria dos jogos de dois níveis de Robert Putnam. Ambas as teorias são de extrema importância para que o objetivo do artigo seja alcançado, abordando os principais pontos e limitações de ambas, uma vez que nenhuma abordagem teórica ou epistemológica única deve ser hegemônica, e a diversidade de teoria e método é de extrema necessidade (LAKE, 2011).

Nesta proposta de pesquisa, será utilizado o método qualitativo, principalmente por meio de uma análise comparativa, com o objetivo de estabelecer algumas correlações e comparações entre dados do presente e dados do passado. Para isto, compara-se as diferentes

formas de política externa nos governos de Harry S. Truman até o de Barack Obama, para que haja uma melhor compreensão de como o lobby israelense influenciou em cada uma dessas políticas. Além disso, foi feita uma pesquisa de campo, uma vez que muitos dados foram coletados por meio de uma análise pessoal em consequência à uma viagem à Palestina e à Israel.

2 PROCESSO DE FORMAÇÃO DE ALIANÇAS DENTRO DO SISTEMA INTERNACIONAL: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

2.1 Explicações estruturais: Kenneth Waltz

A teoria estruturalista nos ajuda a entender de forma mais clara como se dão as formações de alianças entre os Estados, a fim de identificar as principais motivações que levam os Estados a se aliar uns com os outros, além de buscar entender a relação entre agente e estrutura no Sistema Internacional.

O neo-realismo, também chamado de realismo estrutural, é uma teoria das Relações Internacionais, cujo precursor foi Kenneth Waltz, que escreveu o livro *Theory of International Politics* em 1979. Esta abordagem contemporânea é uma das mais influentes nas relações internacionais, juntamente com o neoliberalismo, que também ingressou de forma dominante no campo das relações internacionais recentemente. A obra *Theory of International Relations*, parte da premissa neo realista de que os estados são os únicos atores do sistema internacional, trazendo separadamente o conceito de sistema, estrutura, a relação entre unidade e estrutura, pontuando como esta estrutura afeta as unidades e vice-versa, facilitando a compreensão de como se dá uma pequena parte da influência entre Estados Unidos e Israel.

No que diz respeito a formação das alianças, pode-se afirmar, de acordo com Waltz, que as “relações que se formam e se dissolvem dentro de um sistema são baseadas no fato de que as partes envolvidas têm como objetivo assegurar sua sobrevivência” (WALTZ, 1979, p. 139). Este fato parte do pressuposto de que os Estados não possuem capacidade alguma de garantirem sua sobrevivência por si só, sendo forçados então a formarem alianças com outros.

Certamente a análise estrutural proposta por Waltz consegue explicar alguns momentos e incentivos durante o histórico da aliança entre Estados Unidos e Israel, uma vez que por um certo período, a aliança entre os dois países foi marcada fortemente por uma questão de sobrevivência, principalmente no período da Guerra Fria.

Os Estados Unidos e Israel formaram uma parceria única com a finalidade de enfrentar as crescentes ameaças estratégicas no Oriente Médio. Esse esforço cooperativo fornece

benefícios significativos tanto para os Estados Unidos quanto para Israel. Além disso, Israel foi um grande ativo estratégico durante o período da Guerra Fria, uma vez que, ao servir como representante dos Estados Unidos após a Guerra dos Seis Dias em 1967, Israel ajudou a conter a expansão soviética na região e infligir derrotas humilhantes ao Egito e a Síria, por exemplo. (MEARSHEIMER; WALT, 2007). Não obstante, Israel também ajudou a proteger outros aliados dos Estados Unidos, (como o rei Hussein da Jordânia), e por ter grande poderio militar, Israel conseguiu forçar Moscou a gastar mais apoiando seus clientes perdedores, além de proporcionar informações úteis sobre os soviéticos para o governo estadunidense.

Os momentos citados acima podem até ser explicados pela teoria de Waltz, que alega que o funcionamento do Sistema Internacional é dado pelo seu princípio ordenador e pela distribuição das capacidades dos seus atores, os Estados. Dado que a anarquia serve como princípio organizador fundamental da estrutura, tem-se que a própria anarquia determina qual será o princípio organizador fundamental desse sistema analógico.

O período da Guerra Fria foi responsável por estabelecer um sistema internacional fundamentado na bipolaridade, onde as duas grandes potências que emergiram na época (Estados Unidos e União Soviética entraram em conflito por questões ideológicas.

Na política de grandes potências dos sistemas bipolares, quem é um perigo para quem nunca é duvidoso. Os Estados Unidos são um perigo obsessivo para a União Soviética e a União Soviética e dos Estados Unidos, uma vez que cada um pode prejudicar o outro de uma forma que nenhum outro estado pode igualar. A bipolaridade estende o escopo geográfico do interesse de ambas as potências. Também alarga a amplitude dos fatores incluídos na competição entre elas. Como os aliados pouco adicionam às capacidades das superpotências, elas concentram a sua atenção nas suas próprias disposições. (WALTZ, 1979, p. 234).

O apoio dos Estados Unidos à criação do Estado de Israel foi influenciado por incentivos estruturais para equilibrar as ameaças, como será explicado com mais detalhes nos próximos capítulos. A expansão das fronteiras estratégicas foi transportada para a política de Truman, baseada em uma política de contenção, que conservou um alicerce da política externa estadunidense até meados de 1970. A obtenção de um aliado da Ocupação no Oriente Médio para contrabalançar o reconhecimento regional da União Soviética foi um fator de cálculo estratégico dos Estados Unidos.

O governo de Eisenhower usou a tática de cooptar potenciais aliados soviéticos para manter os dois países separados durante a década de 1950, mesmo que essa cooptação pudesse ter minado a aliança com Israel, o que de fato aconteceu. A política de "boa vizinhança" do novo presidente premiou a flexibilidade nas negociações e nas relações com os países árabes

que eram vistos como inimigos de Israel. A abordagem da monarquia iraniana e a tentativa de contenção de Nasser serviram como exemplos. O equilíbrio de poder na região mudou a favor da política externa norte-americana, com foco constante na oposição às forças soviéticas ou pró-soviéticas na região.

Mesmo com todos os motivos estratégicos e de sobrevivência para os Estados Unidos estreitar os laços com Israel, tais motivos não conseguem explicar tamanho apoio dado a Israel, uma vez que, por mais que o país tenha ajudado em alguns momentos durante a Guerra Fria, apoiá-lo não era barato e acabava complicando as relações dos Estados Unidos com o mundo árabe. Ou seja, mesmo que Israel fosse um ativo estratégico durante a Guerra Fria, a primeira Guerra do Golfo (1991) revelou que Israel estava se tornando um fardo estratégico.

Dito isto, a teoria neo-realista, não consegue explicar todos os pontos de como se deu a aliança entre Estados Unidos e Israel, pois condiciona a estrutura apenas à ação do Estado. Tal posicionamento é um tanto quanto limitado, uma vez que acaba desconsiderando o papel de outros elementos do Sistema Internacional, como identidade e interesse, que também influenciam demasiadamente nas decisões do Estado.

2.2 A interação entre política interna e externa

As direções que moldam a política externa emergem da dinâmica interna do Estado por meio das ações de muitos atores e eventos. A partir dessa análise, pode-se inferir a influência das forças políticas domésticas no processo decisório da política externa.

Torna-se extremamente necessário levar em consideração a relação entre a política interna e a política externa dos Estados, além das forças internas que influenciam diretamente nas decisões dentro da política externa de determinado país. Dito isto, a teoria estruturalista trazida por Waltz falha em conseguir explicar um dos principais fatores que explicam a forte aliança entre Estados Unidos e Israel: o lobby israelense, que será explicado de forma mais detalhada posteriormente.

No que diz respeito à relação entre política interna e política externa, a Teoria dos Jogos de Dois Níveis de Robert Putnam torna-se indispensável para que haja melhor compreensão sobre como e quando esse processo de entrelaçamento ocorreu, a fim de explicar o que não fora explicado pela teoria estruturalista. O autor afirma que a política doméstica e as relações internacionais estão sempre entrelaçadas de alguma forma e que as teorias fundamentais das relações internacionais ainda precisam dar conta desse empecilho. Para Putnam, "é infrutífero debater se a política doméstica realmente determina as relações internacionais ou se é o

inverso". A resposta para essa questão é clara: "Algumas vezes uma influencia a outra". As perguntas mais interessantes são: "quando influencia?" e "como influencia?" (PUTNAM, 2010, p.1)

O ponto de partida de Putnam, bem como sua ruptura com o neorealismo, é a importância de abordar a análise do Estado a partir de suas forças constitutivas internas, de modo que trate o Estado como um todo e não como uma entidade única. O autor argumenta que deve haver mais do que apenas a observação de que a política interna afeta a política externa e vice-versa; antes, é preciso buscar formulações teóricas que combinem esses dois domínios e expliquem o "emaranhamento" entre eles, resultando na teoria que o mesmo chamou de teoria dos jogos de dois níveis. Nas negociações internacionais, há uma variedade de grupos de interesse que lutam para que suas demandas sejam atendidas e atores políticos que buscam o poder e se unem para servir a alguns desses interesses. Do lado de fora, os governos trabalham para melhorar sua capacidade de lidar com as pressões domésticas, ao mesmo tempo em que tentam diminuir os efeitos negativos da economia internacional em sua esfera de influência interna (PUTNAM, 2010, p.5). Nas palavras do próprio autor:

Cada líder político nacional está presente em ambos os tabuleiros. Do outro lado do tabuleiro internacional sentam as contrapartes estrangeiras, ao lado das quais sentam diplomatas e outros assessores internacionais. Em volta do tabuleiro doméstico e atrás do líder nacional, sentam-se figuras partidárias, parlamentares, porta-vozes das agências domésticas, representantes de grupos-chave de interesses e os assessores políticos do próprio líder. A incomum complexidade desse jogo de dois níveis torna-se clara quando ações que são racionais para um jogador em determinado tabuleiro (como aumentar os preços da energia, conceder território ou limitar a importação de carros) podem ser imprudentes para esse mesmo jogador em outro tabuleiro. Entretanto, existem poderosos incentivos para que haja coerência entre esses dois jogos. (PUTNAM, 2010, p.5).

Com base na teoria de Putnam, é possível afirmar que os poderes institucionais internos do Estado participam ativamente do processo decisório durante as negociações internacionais. A partir dessa discussão, conclui-se que as demandas internas do governo americano impactam na forma como as decisões sobre política externa são tomadas principalmente pelo fato de que as organizações de lobby estão localizadas dentro dessas demandas internas. Dada a discussão dos efeitos das estruturas domésticas nas ações de política externa e o foco deste estudo que diz respeito à política externa dos Estados Unidos em relação a Israel, é necessário identificar os principais fatores que influenciam a tomada de decisão na política externa norte-americana, bem como o país responde à pressão internacional.

Dada a discussão dos efeitos das estruturas domésticas nas ações de política externa e o foco deste estudo, a política externa dos Estados Unidos em relação a Israel, é necessário

identificar os principais fatores que influenciam a tomada de decisão na política externa norte-americana, bem como o país responde à pressão internacional. A análise deste trabalho levanta a hipótese de que o lobby israelense é uma ferramenta que influencia a política externa norte-americana em relação ao país. No entanto, é importante fazer uma análise sobre a natureza das práticas de lobby do país, além de outros motivos que influenciaram na aliança entre Estados Unidos e Israel.

2.3 O que é lobby?

Como já fora mostrado anteriormente, existem alguns motivos pelos quais os países se aliam, seja por interesses econômicos, interesses estratégicos compartilhados ou até mesmo devido a interesses morais e de identificação. Entretanto, no caso da aliança entre Estados Unidos e Israel, nenhum desses motivos acima consegue explicar o notável nível de apoio material e diplomático que os Estados Unidos fornecem à Israel. Observa-se também que em alguns momentos históricos que os Estados Unidos, muitas vezes, estão dispostos a deixar de lado sua própria segurança a fim de promover os interesses desse outro Estado (MEARSHEIMER, 2006).

Com base nisto, é possível afirmar que o impulso geral da política dos EUA em Israel se dá quase inteiramente à política interna norte-americana e principalmente às atividades do chamado “Lobby de Israel”. Mas para chegar a uma análise mais aprofundada do que é o lobby de Israel, suas características e o que ele significa para o governo dos Estados Unidos, torna-se necessário trabalhar primeiro no conceito de lobby por si só.

De acordo com o dicionário de Ciência Política e Relações Internacionais (BOBBIO, 2005, p. 112), o lobby nada mais é do que:

O conceito de lóbi deriva da existência dos lobbies (uma espécie de sala-de-espera) onde os membros do parlamento ou congresso se encontravam, procurando obter apoios para votações nos mais variados assuntos políticos. Deste modo, “fazer lóbi” significa exercer pressão no sentido de obter apoio para uma causa, um argumento, uma decisão política. Tanto pode ocorrer num contexto institucional, onde um representante de um grupo de pressão poderá fazer lóbi junto de um ministro, membro do parlamento ou representante da sociedade civil, como tomar forma dentro de um grupo de iguais, significando a procura de apoio dos colegas para determinado assunto ou aspecto.

A palavra *lobby* tem origem inglesa e originalmente significava uma sala, corredor ou salão. Segundo alguns pesquisadores, a frase surgiu pela primeira vez como resultado do fato de que articulações e “prensas” ocorriam com frequência em áreas de lobby de hotéis e

conferências. Também é sugerida a origem da expressão na época de Ulysses S. Grant, o presidente dos Estados Unidos, que frequentemente ia ao saguão do Hotel Willard para fumar charutos e descontraír. Lá, ele era abordado por diversas pessoas e grupos que queriam expor suas reivindicações e de certa forma influenciar as decisões públicas, ele costumava os chamar de lobistas do Hotel Willard (KIM, 2016).

De acordo com a Encyclopaedia Britannica (2020), o lobby ganhou muita atenção principalmente nos Estados Unidos, assumindo diversas formas. O lobby estadunidense é uma atividade regulamentada pelo Federal Regulation of Lobbying Act of 1946 (revogada pela Lei de Lobbying Disclosure de 1995). Esta lei, que diz respeito aos lobbies, exige que:

[...] as entidades, indivíduos ou empresas declaram trimestralmente informações como os valores gastos, a área na qual se fez o lobby e o departamento em que foi exercido. Membros do Congresso estão proibidos de aceitar presentes ou viagens pagas por lobistas, salvo condições pontíficas. Há também um período de dois anos para que congressistas e funcionários públicos possam prestar serviços de lobby após deixarem seus postos públicos. (KIM, 2016).

Bobbio (1986, p. 564) vai acrescentar que o lobby trata-se de uma atividade, ou melhor, de um processo, mais do que de uma organização, alegando que:

É o processo por meio do qual os representantes de grupos de interesses, agindo como intermediários, levam ao conhecimento dos legisladores ou dos decision-makers os desejos de seus grupos. Lobbying é portanto e sobretudo uma transmissão de mensagens do Grupo de pressão aos decision-makers, por meio de representantes especializados (em alguns casos, como nos Estados Unidos, legalmente autorizados), que podem ou não fazer uso da ameaça de sanções.

Entretanto, muitas vezes a palavra *lobby* é confundida com conceitos como *grupos de interesse*, *grupos de pressão*, *partidos políticos*. De acordo com Bobbio (1986, p. 563), o termo "grupos de interesse" refere-se a qualquer grupo que, a partir de um ou mais comportamentos de participação, avança determinadas justificativas em relação a outros grupos sociais, como o estabelecimento, manutenção ou ampliação de padrões comportamentais incompatíveis com as atitudes compartilhadas. Já para Thomas (2004), grupo de interesse "é uma associação de indivíduos ou organizações ou uma instituição pública ou privada que, com base em um ou mais preocupação ou interesse compartilhado, tenta influenciar a política pública a seu favor".

Contudo, o lobby nada mais é do que a ação dos Grupos de Interesses, já que é o meio que estes utilizam para transmissão de seus interesses para atingir um fim, sendo portanto, um meio para a transmissão de mensagens dos Grupos de Interesse ou de Pressão aos decision-makers (PASQUINO, 1991, p. 564).

Já os grupos de pressão, também de acordo com Bobbio (1991, p.564), indica que “ao mesmo tempo, a existência de uma organização formal e a modalidade de ação do próprio grupo em vista da consecução de seus fins: a pressão. Além disso, refere-se à atividade de um grupo de indivíduos que, por motivos comuns, procuram influenciar decisões políticas sobre o uso de bens, serviços, honras e oportunidades, aplicando sanções contra eles ou ameaçando fazê-lo.

Pressão, portanto, não é, como alguns autores acreditam, a capacidade de obter poder político, mas sim a capacidade de recorrer a sanções negativas (punições) ou positivas (prêmios) para garantir a determinação imperativa dos valores sociais por meio do poder político. Conclui-se então que a atividade do lobby é bastante influente e poderosa no que tange os processos de tomada de decisões nas políticas interna e externa dos países. Um exemplo disso é o que acontece nos Estados Unidos com a presença do lobby de Israel, que para, Mearsheimer e Walt (2007), tem sido extremamente prejudicial para a segurança nacional norte-americana e para os próprios israelenses.

3 HISTÓRICO DA ALIANÇA ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL

No que diz respeito à contextualização, acerca do início da aproximação dos Estados Unidos para Israel nas esferas política, econômica e securitária, o objetivo central é elucidar os marcadores de mudanças históricas que variam de acordo com as diferentes conjunturas e interesses norte-americanos, de modo a identificar os pontos de variação presentes na aliança dos dois países por meio seções organizadas de maneira cronológica que tange desde a proclamação de Israel em 1948, período o qual Harry S. Truman era o presidente dos Estados Unidos até o governo de Barack Obama. A relação entre os Estados Unidos e Israel teve seu ápice durante a guerra fria, onde a aliança se aprofundou e se consolidou cada vez mais. Por isso, torna-se necessário trazer todo o contexto histórico por trás, para elucidar e explicar os motivos e momentos em que a aliança esteve mais forte e quando estava mais fraca.

A primeira parte desta seção tem como objetivo abordar a oscilação dessa aliança no período antes e durante a Guerra Fria, que é marcado pelo governo de Harry S. Truman até o governo de Reagan. Além disso, será exposto a história do lobby israelense e sua influência na política externa norte-americana, com a finalidade de compreender os motivos pelos quais os Estados Unidos, ao longo dos anos, manteve fortemente sua aliança com Israel, apesar de muitas vezes, essa aliança impactar negativamente. Já a segunda parte diz respeito ao período pós Guerra Fria, a partir do ano de 1991 até o final do governo de Obama (2009-2017).

3.1 Antes e durante a guerra fria

O ano de 1948, como já fora dito anteriormente, é marcado pelo surgimento do Estado de Israel, através da proclamação da sua independência. Logo após este acontecimento, de forma mais precisa, onze minutos depois, Harry S. Truman, o então atual presidente dos Estados Unidos, reconheceu Israel como Estado Legítimo, fazendo com que os EUA se tornassem o primeiro país a realizar este ato de reconhecimento. Dito isto, pode-se afirmar que a gênese dessa aliança entre Estados Unidos e Israel se deu a partir deste momento, uma vez que o mundo estava inserido em um contexto de pós Segunda Guerra, e Israel teve total apoio político norte-americano em relação construção do Estado Judeu já em 1948 e da crise dos refugiados judeus do Holocausto.

É minha responsabilidade ver que a nossa política em Israel se encaixa com a nossa política ao redor do mundo; segundo; é meu desejo ajudar a construir na Palestina um Estado democrático forte, próspero, livre e independente. É necessário ser livre suficiente e forte o suficiente para fazer seu povo auto-sustentável e seguro. (TRUMAN, 1948, tradução nossa).

Entretanto, este contexto Pós Guerra, também foi marcado pelo início de uma guerra ideológica entre União Soviética e Estados Unidos, onde doutrina Truman buscava a todo custo defender o mundo contra aquilo que eles chamavam de “ameaça comunista”. Com o posicionamento da União Soviética a favor do Estado de Israel e sua legitimidade, surgiu uma possibilidade de aproximação entre esses últimos citados, fator que foi visto pelos Estados Unidos como uma ameaça tentando a todo custo evitar tal ato, pois além da disputa de influência, marcada pela disseminação do “capitalismo” por parte dos EUA e do “comunismo por parte da URSS, o Oriente Médio como um todo representa uma fonte rica de petróleo.

Inicialmente, a relação entre Israel e os EUA foi marcada fortemente por razões estratégicas e razões morais. No que diz respeito às questões estratégicas, pode-se afirmar que a aliança se firmou devido a possibilidade norte-americana de exercer certa influência na região israelense, podendo assim alinhar as dinâmicas da balança de poder, assim como os interesses econômicos, como por exemplo o interesse pelo petróleo. Todavia, no que tange as questões morais, houve uma sensibilidade em relação ao período posterior ao Holocausto que deu impulso para um crescimento no movimento sionista, impactando também no coletivo dos estadunidenses como um todo. No entanto, essas duas razões não conseguem por si só explicar a forte relação da aliança entre ambos os países, e muito menos mover a Política Externa norte americana de forma a se comprometer ao Estado Judeu completamente.

De acordo com o analista de política externa americano, Mitchell Bard (2004), Truman teria apoiado a criação do Estado de Israel não por conta da pressão do lobby Israelense, mas principalmente pela visão de cumprimento de Balfour e da compensação pelo Holocausto. Além disso, de acordo com Bard, Truman parecia bastante despreocupado com os votos dos judeus americanos, semelhante a outros presidentes dos EUA , como Woodrow Wilson e Franklin Delano Roosevelt. Isso pode ser explicado pelo fato de que em 20 de outubro de 1947, em uma carta particular ao congressista democrata da Flórida Claude Pepper, Truman escreveu:

Se não fosse pela interferência injustificada dos sionistas, já teríamos equacionado o problema há um ano e meio. Eu recebi cerca de 35 mil peças de correio e propaganda dos judeus neste país enquanto a questão estava pendente. Eu coloquei tudo em uma pilha e risquei um fósforo nela [...] (TRUMAN-CLAUDE PEPPER, 1947 *apud* COHEN, 1982, p. 85).

Porém isso não mostra que o lobby não estava presente em nenhum momento durante esse período histórico, muito pelo contrário, acaba colocando em evidência sua atuação, uma vez que foi a partir desse momento, que o lobby estava surgindo.

No ano de 1953, quando Eisenhower assumiu a presidência dos Estados Unidos, a aliança entre este país e Israel foi caracterizada por período de distanciamento, devido a uma certa divergência de interesse entre os países em questão caracterizado, que de acordo com LOOSE (2015, p.39), foi marcado “por uma relação conflituosa dada pela divergência de interesses entre os dois países na esfera política e securitária, devido ao alinhamento dos Estados Unidos com potências regionais, o que tornava-se um empecilho nas relações com Israel.”

Neste ano, de acordo com Loose, “Israel tinha como planos desviar as águas do Alto Jordão junto da Ponte Bnot Yaakov (zona desmilitarizada entre Israel e Síria) e transportá-las para a irrigação do deserto de Neguev.” Este plano provocou uma contra-reação por parte da Síria e da Jordânia, resultando em uma escalada de violência ao longo das fronteiras e uma viagem ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. “Além disso, no mesmo ano Israel lançou um ataque de retaliação contra a aldeia de Qibya em resposta aos ataques de grupos armados palestinos percebidos como ameaças à segurança da fronteira de Israel, resultando na morte de mais de cinquenta civis”. Esses dois episódios marcaram a primeira crise entre Israel e os Estados Unidos e foram suficientes para que os Estados Unidos expressassem sua insatisfação com a política israelense para com seus vizinhos na Organização das Nações Unidas (LOOSE, 2015).

Porém, este distanciamento é agravado principalmente no ano de 1956, marcado pelo início da crise de Suez, que se deu por meio da nacionalização do Canal de Suez e a reação de alinhamento e enfrentamento ao presidente egípcio obtida pela Grã-bretanha, França e até mesmo Israel. O estopim da guerra foi quando as tropas israelenses avançaram na península do Sinai. Com isso, os Estados Unidos condenaram totalmente a atitude que Israel havia tomado em relação ao avanço das tropas, com forte receio de gerar um conflito direto com a União Soviética. Posteriormente com os objetivos em comum da França e Inglaterra com o Estado de Israel, A Guerra de Suez "representou um momento de alinhamento de Israel com a França e a Inglaterra, derivado de uma convergência momentânea de interesses." (FELDBERG, 2003, p. 47), onde a Grã-Bretanha e a França assumiram os postos de principais fornecedoras de armas e tecnologia para o Estado de Israel, já que neste momento não havia acesso ao armamento dos Estados Unidos.

Posteriormente, na década de 60, o contexto da aliança foi marcada pela nova configuração do Oriente Médio consequente da Guerra de Suez, além de ser caracterizada por um novo padrão político administrado pelo novo presidente da época: John F. Kennedy. Este período foi marcado principalmente pela Guerra dos Seis Dias (1967), e por uma suposta calmaria no Oriente Médio, fato que impulsionou para que se estabelecesse uma possível reestruturação da aliança entre Estados Unidos e Israel. Este período de "reaproximação" da aliança entre os dois países, iniciado com a nova política de Kennedy na década de 1960 assegurou a reaproximação de Estados Unidos e Israel e a reafirmação dos Estados Unidos como parceiro econômico do país judaico. De acordo com Loose (2015): "O interesse dos Estados Unidos não estava mais voltado para manter o equilíbrio de poder mas sim na garantia da supremacia israelense em relação à supremacia egípcia que estava aliada à União Soviética."

O governo de John Kennedy conseguiu de forma eficiente acabar com algumas das tensões e problemas trazidos pelo governo anterior em relação aos laços formados por Israel e Estados Unidos, principalmente devido ao programa nuclear israelense.

Ainda no ano de 1962, o então presidente Kennedy, em uma reunião com a ministra das Relações Exteriores de Israel da época, Golda Meier, firmou um acordo de comprometimento dos EUA para com o Estado de Israel, intensificando ainda mais essa relação de aproximação. Em seus discursos, o presidente alegava que os interesses dos Estados Unidos estavam relacionados ao reconhecimento e direto de existência a um grupo de nações soberanas na região do Oriente Médio, e não deixariam de manter relações próximas com países árabes como um todo.

Com o assassinato de John Kennedy em 1963, assumiu o poder o presidente Lyndon B. Johnson, que desde antes deste momento já declarava seu apoio à Israel.. Ele tomou a decisão de dar continuidade às relações reconstruídas pelo presidente anterior, aumentando consideravelmente o fornecimento de alguns armamentos para Israel.

Neste período, a política norte-americana estava voltada quase completamente ao Vietnã, fazendo com que a ausência dos mesmos no Oriente Médio, colaborasse para a Guerra dos Seis Dias, que iniciou-se no ano de 1967 e que teve seu desfecho marcado pela vitória de Israel contra os adversários, principalmente devido ao apoio que os Estados Unidos havia fornecido. Israel era visto como um país em posição estratégica para o governo estadunidense, se tornando então uma espécie de “peão norte-americano”, que ajudaria os EUA na contenção da União Soviética na região do Oriente Médio. De acordo com Lieber (1998, p. 14):

Para a administração do presidente Eisenhower e do secretário de Estado John Foster Dulles, Israel tornou-se um ativo regional significativo diante do crescente nacionalismo árabe e da pressão soviética. A relação se aprofundou em 1962 com a decisão do governo Kennedy de vender mísseis antiaéreos Hawk para Israel, a fim de contrabalançar o fluxo de armas soviéticas para o Egito e a Síria. Essa colaboração intensificou-se notavelmente após a Guerra de 1967 e ainda mais após a Guerra do Yom Kippur em outubro de 1973. A provisão de armas e ajuda externa aumentou acentuadamente durante esses anos e gozou de amplo apoio público e do Congresso. Além disso, durante as décadas da Guerra Fria das décadas de 1960, 70 e 80, Israel provou ser uma fonte significativa de inteligência estrangeira e de armas, táticas e tecnologia militar soviética capturadas.

Desde o início da Guerra dos Seis Dias em 1967, embora a vulnerabilidade de Israel tenha sido maior nos anos anteriores, houve uma mudança real em direção a uma maior coordenação e cooperação, especialmente no que diz respeito à assistência financeira fornecida pelo governo americano a Israel (BOWLES, 2011). Os Estados Unidos deixaram de impor restrições políticas e aumentaram seu apoio político, o que criou uma nova situação política e estratégica no Oriente Médio e o conflito entre Israel e Palestina (BAR SIMAN-TOV, 1998, p. 232 e 240).

Esta guerra marcou pela primeira vez o fato de que os interesses políticos e de segurança dos dois países se alinharam significativamente, mas não o suficiente para estabelecer uma relação especial (que foi estabelecida até depois de 1970). (BAR-SIMAN-TOV, 1998, p. 240-1). Além disso, a atual estratégia dos Estados Unidos era deter a disseminação da influência soviética na região, que transformou Israel em um “ recurso estratégico ” (MEARSHEIMER; WALT, 2007, p. 51). Assim, as relações públicas entre Israel e os Estados Unidos passaram a levar cada vez mais em conta a realpolitik (SCHOENBAUM, 1993, p. 6).

De acordo com Lazansky (2007, p. 165), a Guerra Fria, a *realpolitik* e a ascensão do lobby israelense trabalharam juntos para fornecer a Israel progressivamente mais apoio doméstico, particularmente no Congresso dos EUA. É crucial notar que, neste momento, os grupos de lobby pró-Israel têm influência política limitada, sendo seu apoio justificado mais pelos interesses dos EUA na área, ou mantendo o controle sobre seu fornecimento de energia e petróleo (CHOMSKY, 1999, p. 69). No entanto, o lobby já havia ajudado a garantir a venda de armas e generosa assistência e, deste momento em diante, fortaleceria os laços políticos e estratégicos entre os Estados (ROSSINOW, 2018, p. 25). Neste ano de 1967 crítico da história israelense e árabe, na esteira da Guerra dos Seis Dias, 41% dos americanos apoiavam Israel, enquanto apenas 1% fez o mesmo pelos árabes (GILBOA, 1967).

As relações entre Israel e os EUA se aprofundaram mais ainda durante o governo Nixon (1970- 1974). Além do custo da estratégia de "contenção", os gastos substanciais feitos durante a Guerra do Vietnã contribuíram para uma grave crise econômica. Assim, surge a "Doutrina Nixon", centrada em duas linhas de raciocínio que visavam reduzir os custos da Guerra Fria: compartilhar a segurança com aliados regionais e lançar uma nova frente anti-soviética com uma visita à China em 1972 (ABU-EL-HAJ, 2014).

A "Doutrina Nixon" estabeleceu uma dependência americana no Oriente Médio sob o controle dos militares israelenses, avançando com o seu principal objetivo político de inviabilizar um estado palestino. Com isso Israel ganhou acesso irrestrito aos territórios palestinos e intensificou os assentamentos, que se iniciou durante os governos trabalhistas e dentro do Plano Alon, apresentado em 1968 por Yigal Alon (então, ministro da Migração e Absorção), que previa o gradual fatiamento, colonização e anexação de grandes partes da Cisjordânia e Gaza (ABU-EL-HAJ, 2014). A criação de um estado soberano da Palestina seria impossível, pois os territórios palestinos remanescentes seriam devolvidos à Jordânia.

Depois que o Shah Pahlavi do Irã foi derrubado por uma revolução islâmica antiamericana em 1979, o papel de Israel como único aliado estratégico dos Estados Unidos aumentou ainda mais, permitindo que Israel avançasse em suas políticas de expansão territorial tornando -se o único aliado confiável na região (YERGIN, 1991).

O governo Carter continuou a apoiar aliados regionais que estavam sob pressão da invasão afegã da URSS e dos efeitos da Revolução Iraniana no Oriente Médio. (KLARE, 1981). Mesmo Israel permanecendo como único aliado de estratégia de segurança, a linha de defesa passa a englobar países como o Iraque e países do Golfo no geral. A expansão contínua de Israel foi apoiada por sua posição como aliado mais confiável dos Estados Unidos (ABU-EL-HAJ, 2014).

Por fim, as relações perderam muita força sob o governo Reagan, pois haviam decidido rejeitar a estratégia de "contenção", linha oficial usada desde o governo Truman, em favor da ofensiva (roll -back), refletindo uma decisão política de vencer a guerra fria. Para intensificar a corrida armamentista e ultrapassar economicamente a União Soviética, os EUA aumentaram significativamente seus gastos militares. A militarização de Israel e da Turquia nesta estratégia serviu como defesa regional contra a retaliação soviética. O contexto da Guerra Fria foi de extrema significância para analisar a oscilação das alianças entre Estados Unidos e Israel. Percebe-se ao longo da seção, que esta aliança sofreu algumas alterações em diferentes mandatos de governo, por diferentes presidentes norte-americanos. Por mais que esse relacionamento entre ambos os países seja explicado por motivos estruturais, ideológicos ou até mesmo econômico, não se pode negar a atuação do lobby israelense em todos os períodos, mesmo que seja com uma menor influência, como aconteceu durante o governo de Truman e Eisenhower.

Por meio da revisão cronológica do recorte temporal apresentado acima, o principal objetivo deste capítulo baseia-se em estabelecer e explicar a oscilação da aliança entre Estados Unidos e Israel durante o período de 1948 a 1973, inserido em um contexto pós Segunda Guerra Mundial e pré Guerra Fria. Em primeiro lugar, fora indetificado o começo dessa aliança, que se deu a partir da criação do Estado de Israel e o apoio dado pelo então presidente Truman no que diz respeito à construção de Israel em 1948 e à crise dos refugiados judeus que foram vítimas do Holocausto. Percebe-se também que este período foi marcado pelo início do surgimento do lobby israelense que foi ganhando mais força nos anos seguintes.

Quando Eisenhower assumiu a presidência norte-americana, é possível afirmar que a aliança Estados Unidos - Israel sofreu um certo distanciamento, devido aos motivos que já foram citados neste capítulo, como consequência, o lobby israelense também perdeu certa força. Após este período de distanciamento, a aliança entre os países citados foi ganhando força novamente e se aproximando, durante o governo de Kennedy na década de 1960, reafirmando os Estados Unidos como principal parceiro econômico de Israel. Essa aliança só se intensificou após esse período com o governo de Nixon e Carter.

3.1.1 O lobby israelense na política norte-americana

A política norte-americana tem um impacto significativo em todos os lugares do mundo, principalmente no que diz respeito ao Oriente Médio, especialmente a partir do momento em que o ex-presidente Bush ajudou a produzir uma insurgência resiliente no Iraque

(MEARSHEIMER; WALT, 2007). Por isso, torna-se necessário cada vez mais compreender o que impulsionou a atuação dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Desde sempre, a política externa norte-americana é voltada principalmente para o interesse nacional do seu próprio país, mas desde a Guerra dos Seis Dias que ocorreu no ano de 1967, Israel tornou-se um dos pontos centrais nessa política, uma vez que os dois países estreitaram suas relações de forma considerável nos últimos anos. O constante apoio do governo estadunidense para com Israel, além do discurso de espalhar a democracia por todo o Oriente Médio, provou um certo incômodo em grande parte do povo árabe, colocando em risco a segurança dos Estados Unidos, que sempre foi o foco principal dos mesmos.

De acordo com Mearsheimer e Walt, nunca havia ocorrido tal fenômeno em toda a história da política americana, onde os EUA deixaram de lado sua própria segurança para promover os interesses de um outro Estado. Como já fora trabalhado anteriormente neste artigo, existem diversos fatores que fazem dois ou mais países formarem alianças, seja por motivos estratégicos, econômicos ou até mesmo de identificação. Por mais que ambos possuam tais motivos para se tornarem aliados, isso não é suficiente para explicar o elevado nível de apoio material e diplomático que os Estados Unidos fornecem a Israel.

Todavia, pode-se afirmar que o principal fator que impulsiona o demasiado apoio dos Estados Unidos à Israel se dá por meio do “Lobby Israelense”, que por sua vez, foi capaz de desviar a política externa dos EUA de uma forma bem distante daquilo que o interesse nacional do país sugeria, conseguindo convencê-los de que os interesses dos países em questão eram praticamente idênticos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Contudo, torna-se necessário frisar o que de fato é este lobby de Israel e qual o impacto dele na política externa norte-americana, adentrando nas suas características e a explicação do seu poder inabalável. Tendo como base o conceito de lobby trabalhado na seção anterior, verifica-se que o lobby de Israel é uma coalizão de indivíduos e organizações que trabalham de forma ativa para moldar a política externa dos EUA em uma direção pró-Israel (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O lobby israelense “é composto por judeus norte-americanos que não medem esforços para modificar a política externa dos Estados Unidos, cujas propostas vão muito além de votar em candidatos, são baseadas também em contribuições financeiras e cartas abertas de apoio.” (MEARSHEIMER; WALT, 2007). No entanto, nem todos os judeus americanos participam disso; de acordo com um estudo realizado em 2004, 36 % dos judeus que vivem no país afirmam não ter laços emocionais com Israel e estar abertos ao diálogo com os palestinos. Os extremistas, por outro lado, têm uma organização e voz mais poderosas dentro da nação. Os judeus

americanos fazem parte de algumas organizações que conseguiram de forma impressionante exercer seus objetivos dentro da política estadunidense, entre elas há o AIPAC (The American Israel Public Affairs Committee), que é considerada a mais forte e poderosa de todas.

Segundo Cintra (2007), a natureza dos procedimentos de lobby mudou em função do vácuo deixado pela ausência de infra-estrutura político-partidária a partir da década de 1970, principalmente com a Reforma do Financiamento de Campanha de 1974, que levou a uma distribuição mais uniforme do poder político nos Estados Unidos (CINTRA, 2007, p. 44). Anteriormente, essa atividade era realizada por advogados treinados que conduziam seus negócios de forma privada, e foi substituída por poderosos movimentos de base capazes de pressionar grandes corporações, indústrias e outros oligopólios para que atuem no melhor interesse de seus "protegidos". Em decorrência disto, o lobby tradicional foi substituído por um lobby de massa, muito mais poderoso em função dessa mudança na estrutura da política norte americana, juntamente com a distribuição do poder político entre quase todos os legisladores, como dito anteriormente. O escopo das campanhas de lobby às vezes se reduz a apenas alguns itens da agenda legislativa e frequentemente ultrapassam a marca de um milhão de dólares. Por exemplo, o autor cita que a campanha de lobby da AIPAC para tratar de questões pró-Israel custou US\$ 750 milhões em 1978, mas chegou a US\$ 6,1 milhões na década seguinte (CINTRA, 2007, p. 47).

O AIPAC, como hoje se conhece, foi fundado no ano de 1959, em um período crítico da história de Israel, entre grandes conflitos – Guerra de Suez (1956) e Guerra dos Seis Dias (1967), e da história mundial, o contexto da Guerra Fria, e também da relação entre EUA e Israel. Esta organização é o núcleo de toda a influência do lobby no parlamento dos Estados Unidos, atuando de forma inteligente e estratégica dentro do Congresso, por meio da sua capacidade de retribuir financeiramente aos que apoiam suas ideias e punir os que colocam obstáculos. A organização já foi alvo de escândalos por conta de corrupção, mas mesmo assim se esforça para garantir que sua agenda seja seguida. Além disso, o AIPAC direciona contribuições de campanha para as figuras políticas que sejam pró-israel e organiza campanhas de redação de cartas, incentivando os editores dos jornais a apoiarem estes políticos em suas candidaturas.

Além disso, o lobby inclui diversos cristãos de maioria evangélica, que atuam de forma direta dentro do Câmara dos Deputados, acreditando fielmente no renascimento do Estado de Israel como algo profético da Bíblia Sagrada, que pode ser visto de forma explícita no livro de Isaías capítulo 14 versículo 1 e 2:

1. O Senhor terá compaixão de Jacó; tornará a escolher Israel e os estabelecerá em sua própria terra. Os estrangeiros se juntarão a eles e farão parte da descendência de Jacó.
2. Povos os apanharão e os levarão ao seu próprio lugar. E a descendência de Israel possuirá os povos como servos e servas na terra do Senhor. Farão prisioneiros os seus captores e dominarão sobre os seus opressores.

Os Estados Unidos têm um governo dividido que proporciona diversas maneiras de influenciar o processo político e conseqüentemente isso capacita que grupos de interesse possam moldar a política exercendo a prática do lobby com representantes eleitos e membros do poder executivo, fazendo contribuições de campanha, votando em eleições e moldando também a opinião pública (MEARSHEIMER; WALT, 2008, p.15). Pode-se dizer que:

Além disso, grupos de interesse especial gozam de poder desproporcional quando estão comprometidos com uma questão específica e a maior parte da população é indiferente. Os formuladores de política tenderão a acomodar aqueles que se preocupam com a questão em si, mesmo que seu número seja pequeno, pois são confiantes de que o restante da população não os penalizara.

O lobby de Israel não se difere tanto dos demais grupos de interesses, mas o seu diferencial está no fato do seu poder relacionado a grande capacidade que aqueles que fazem parte têm de se adaptar ao jogo político do Congresso dos Estados Unidos, onde o estado de Israel é minimamente criticado. Os indivíduos e grupos que fazem parte do lobby estão fazendo apenas aquilo que outros grupos fazem, porém de uma forma bem mais eficaz. Além disso, grupos de interesse inclinados à questões pró-árabes são quase inexistentes, facilitando que o lobby israelense atue de maneira mais eficiente. (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

O lobby possui duas principais estratégias para obter sucesso em promover o apoio dos EUA para Israel. Em primeiro lugar, ele exerce uma forte influência na capital norte americana, pressionando o Congresso e o Poder Executivo do país, para que futuramente eles venham a apoiar o Estado de Israel, manipulando os atores políticos fazendo-os acreditar que a decisão pró-Israel é algo inteligente de se fazer. Em segundo lugar, os lobistas fazem grande esforço para que Israel seja retratado de forma positiva, apropriando-se de falácias e mitos a respeito de sua fundação, com a finalidade de evitar que surjam críticas sobre Israel nos debates políticos, uma vez que a capacidade de controlar um debate é de suma importância para que consigam garantir o apoio dos parlamentares americanos (MEARSHEIMER; WALT, 2007).

Além de influenciar diretamente na política do governo, o lobby atua também na mídia dos Estados Unidos, a fim de moldar a percepção da população sobre Israel e o Oriente Médio. A perspectiva do Lobby sobre Israel ecoa fortemente nos grandes canais de televisão e rádio, pois a maioria dos comentaristas e apresentadores americanos são pró-israel, facilitando que

essa visão seja perpetuada. Tal visão se reflete também nos editoriais dos maiores jornais dos Estados Unidos como no Wall Street Journal e New York Times. Todos esses fatores ajudam na compreensão do porque a mídia estadunidense possui poucas críticas em relação à política israelense, uma vez que raramente questiona-se a relação entre Estados Unidos e Israel e a influência do lobby.

Entretanto, dentro dos debates acadêmicos de Relações Internacionais, muito se discute sobre a influência ou não do lobby de Israel nas decisões de política externa e interna dos Estados Unidos. Chomsky (2006), por exemplo é um dos principais críticos à visão da supremacia do lobby pró-Israel na formulação da política externa dos EUA, defendida por Mearsheimer e Walt. Chomsky estabelece que o fato do lobby possuir todo esse poder dentro do Estados Unidos não é válido, uma vez que esta alegação contribui para uma imagem distorcida tanto de Israel, tanto dos norte-americanos, podendo até levar a um antissemitismo. O autor alega que:

No mundo árabe, o mito do poder israelense tem sido uma espécie de mecanismo de defesa que tem impedido que muita gente faça algo. Continuamente ouvimos alguém dizer: “bom, e o que podemos fazer? Israel é tão poderoso nos Estados Unidos que não tem nenhum sentido seguir adiante com nossos esforços diplomáticos nem com nenhuma outra estratégia, porque sempre acabaríamos perdendo.

Segundo Chomsky, a classe política dos Estados Unidos está ligada a essa questão principalmente para receber apoio financeiro e político. Isso será evidenciado na intenção de elucidar as duas visões, tanto a de Mearsheimer (2006) quanto a de Chomsky (2006), que divergem a respeito do lobby israelense a fim de avaliar de forma neutra se é realmente possível analisar se existe ou não tal influência. Para ele, alegar que o lobby possui todo esse poder dentro do Estados Unidos é uma mentira que acaba contribuindo para uma imagem negativa e distorcida em relação a Israel, podendo ser taxada até como antissemitismo.

No período que antecedeu a Guerra dos Seis dias em 1967, Israel era visto como um país que se colocava em rota de colisão a relação estadunidense com outros estados do mundo, é a partir dessa guerra que o foco e objetivo dos dois países muda, pois os Estados Unidos passam a ver em Israel uma peça importante no Oriente Médio ao bloquear, na visão norte-americana, a expansão do radicalismo. (FELDBERG, 2013)

Questões de ideologia e religiosas não estão afastadas dessa relação, embora as questões políticas sejam os principais motivadores. Segundo Walt os fatores estratégicos que condicionam as decisões políticas dos dois países estão relacionados ao fato de que Israel foi de grande ajuda para os Estados Unidos na Guerra Fria ao derrotar países que estavam do lado

soviético, fazendo com que depois deste período, Israel se tornasse um país estratégico na região do Oriente combatendo inimigos em comum considerados como terroristas.

Todavia, Chomsky vai contra tais argumentos, pois para ele, estes não procedem devido ao aumento de gastos econômicos, militares e diplomáticos que o governo dos Estados Unidos teve, uma vez que isso incentivou para a que surgissem mais inimigos à eles por conta do seu apoio à Israel, dificultando ainda mais a aproximação com os demais estados da região. Por fim, o autor alega que a tese proposta por Mearsheimer e Walt, no entanto, tem bastante apelo. Mas o problema é que ela deixa o governo dos EUA intocado em seu mais alto ponto de nobreza, “idealismo wilsoniano”, meramente nas garras de uma força todo-poderosa da qual não pode escapar. Para Chomsky “É como atribuir os crimes dos últimos 60 anos a “ilusões exageradas da Guerra Fria”, etc. Conveniente, mas não muito convincente. Em ambos os casos.”

Como já foi abordado, existem algumas divergências dentro do lobby de Israel e a relação entre Estados Unidos e Israel. Portanto, pode-se afirmar que a relação entre os EUA e Israel, inicialmente, não surgiu de forma automática, possuindo um caráter muito mais pragmático por parte dos EUA e tampouco essa relação está isenta de crises (VECHIATO, 2020). O lobby israelense se mostrou mais presente em alguns momentos da aliança entre os Estados Unidos e Israel, em contrapartida, em outros períodos, onde a aliança estava enfraquecida, a atuação do lobby não teve tanto impacto.

3.2 Pós Guerra Fria

3.2.1 Governo de George H. W Bush (1989 - 1993) e de Bill Clinton (1993 - 2001)

Em resposta ao desmantelamento da ex-URSS, George H. W. Bush assumiu a presidência dos Estados Unidos e começou a implementar políticas de concentração de poder para salvaguardar o status recente da nação como única superpotência restante. O papel único de Israel como fator estratégico no Oriente Médio estava perdendo parte de seu apelo, à medida que a luta por influência, apoio e resistência contra o comunismo perdeu parte de seu significado. No entanto, apesar do desaparecimento dos interesses estratégicos, as relações entre esses países permanecem contínuas e intensas (DEMANT, 2006).

Portanto, sob a liderança de George H. W. Bush, o governo americano estabeleceu uma posição para si mesmo como um "mediador" entre israelenses e seus vizinhos árabes depois que Israel lançou uma iniciativa de paz em 1989 e a Conferência de Paz de Madri foi financiada em 1991, que levou para a convocação de conversações de paz em Washington. Este

desenvolvimento em curso nas relações EUA-Israel, que coincide com o fim da bipolaridade que caracterizou a " Guerra dos Culpados", elimina a intenção realista estratégica do Estado judeu em relação aos EUA , indicando que o compromisso do governo dos EUA com a defesa e proteção de Israel seria deixar de ser uma prioridade máxima à luz dos interesses regionais do país.

Entretanto, a evolução nas relações entre Estados Unidos e Israel, no contexto do fim da bipolaridade que caracteriza a “Guerra Fria”, elimina a motivação realista estratégica do Estado judeu em relação aos EUA, contrariando a teoria estruturalista de Waltz e indicando que o compromisso do governo dos EUA com a defesa e proteção de Israel deixaria de ser uma prioridade no contexto dos interesses dos EUA na região, evidenciando que a teoria dos Jogos dos Dois Níveis de Robert Putnam se encaixa muito bem neste contexto, devido a atuação forte do lobby israelense neste período, indicando que o ambiente doméstico é decisivo para a manutenção da aliança, mesmo sem as pressões sistêmicas da Guerra Fria.

Com isso dito, as únicas variações restantes refletem as subjetividades do presidente George H. W. Bush e da sociedade americana como um todo. Além disso, sabe-se que H. W. Bush declarou publicamente sua fé cristã ao longo de seu mandato como presidente dos Estados Unidos , e que Billy Graham, um conhecido pastor e evangelista que é abertamente pró-Israel, foi um de seus conselheiros. A amizade da família Bush e da família Graham durou mais de 50 anos, e a influência de Billy Graham nos conselhos consultivos presidenciais ainda era sentida durante o governo de George W. Bush (CELIN, 2018).

Sob a administração Clinton , Israel e os Estados Unidos reconstruíram uma relação especial. Na verdade, de acordo com Bar-Siman-Tov, Israel nunca teve um amigo na Casa Branca maior do que Bill Clinton, e os Estados Unidos nunca tiveram um amigo em Jerusalém mais do que Yitzhak Rabin, primeiro-ministro, e Shimon Peres, ministro dos Negócios Estrangeiros, entre 1993 e 1996. Pela primeira vez na relação entre os Estados Unidos e Israel, os interesses estratégicos e políticos das duas potências convergiram quase inteiramente. A política externa regional dos Estados Unidos, a política externa pacifista de Israel e a harmonia pessoal dos líderes foram todos os responsáveis por esse desenvolvimento (BAR-SIMAN-TOV, 1998).

Após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria, o governo Clinton mudou sua política no Oriente Médio em resposta à derrota do Iraque e às negociações de paz entre árabes e israelenses que ocorreram em Washington e Cairo. As principais ameaças aos interesses americanos na região incluem a ascensão do fundamentalismo islâmico, o apoio iraniano a organizações terroristas em todo o Oriente Médio e a potencial proliferação de um

grande número de armas nucleares. Além disso, as negociações entre Washington e Cairo mostraram que os lados opostos do conflito árabe-israelense ainda estavam à margem de uma solução e que, à medida que as negociações avançavam, a violência entre palestinos e israelenses também aumentava. Como a única superpotência remanescente, os Estados Unidos decidiram estabilizar o Oriente Médio, principalmente promovendo a paz árabe-israelense promovendo uma política de American Pax quase livre de restrições globais. De fato, imediatamente após tomar posse, o governo Clinton anunciou sua intenção de desempenhar um papel mais ativo no processo de paz, dizendo que Washington se tornaria um "parceiro pleno" nele (BAR-SIMAN-TOV, 1998).

A administração Clinton soube que o novo governo israelense de Rabin e Peres tinha uma visão estratégica semelhante. A vitória de Rabin nas eleições de junho de 1992 parecia indicar "uma aquiescência à visão estratégica americana e ao lugar de Israel ali". Os líderes de Israel perceberam que o valor dos Estados Unidos para seu país na era pós- Guerra Fria dependia de sua cooperação estratégica e desejo de estabilizar o Oriente Médio por meio da pacificação. De acordo com Leslie Gelb, "Rabin acreditava que o valor futuro de Israel para os Estados Unidos deveria ser como pacificador ". Rabin e Peres acreditavam que o processo de paz estava avançando e que isso ajudaria a diminuir as ameaças contra Israel (BAR-SIMAN-TOV, 1998).

A cooperação com Israel deu aos Estados Unidos a confiança necessária para continuar as negociações em todas as frentes, principalmente com a OLP. As negociações iniciadas por Peres e Rabin e o Acordo de Oslo foram imediatamente bem recebidas pelo governo Clinton, que estendeu seu apoio à ratificação da Declaração de Princípios Israel-Palestina e do Acordo B de Oslo. Israel e Jordânia, incentivados pelos Estados Unidos, assinaram a Declaração de Washington em julho de 1994 e um tratado de paz em outubro de 1994. Além disso, os Estados Unidos mediaram as negociações entre Israel e a Síria. Esses desenvolvimentos rápidos e intensos melhoraram muito a relação única entre os Estados Unidos e Israel.

Ademais, o então presidente ampliou a parceria estratégica com Israel. Em 1993, ele afirmou que acreditava firmemente no benefício para os interesses americanos das relações fortalecidas com Israel e que os Estados Unidos e Israel haviam "iniciado um diálogo destinado a melhorar nosso relacionamento". Já, em 1994 e 1996, os Estados Unidos e Israel assinaram entendimentos sobre contraterrorismo e estabeleceram um comitê direto liderado pelos secretários de Estado dos Estados Unidos e de Israel para estudar formas de melhorar sua cooperação estratégica à luz da proliferação de armas nucleares e tecnologias militares avançadas. Com o fim do primeiro mandato de Bill Clinton, a parceria política e estratégica

tornou-se a pedra angular das relações EUA-Israel. Em outras palavras, a assunção de riscos por parte de Israel em troca da paz foi recompensada com uma parceria estratégica.

Conclui-se que, tanto no governo de Bush quanto no Governo de Clinton, por mais que as questões estratégicas eram colocadas em jogo, pode-se afirmar que as motivações maiores pelas quais os Estados Unidos reforçou sua aliança com Israel foram quase inteiramente por questões de identidade e religião, uma vez que ambos os ex- presidentes professavam a religião cristã. Além disso, pode-se afirmar que neste contexto, o lobby de Israel ainda exercia demasiadamente sua influência dentro do Congresso.

Por exemplo, durante o governo Clinton, o Instituto Washington para Política do Oriente Próximo (WINEP), Dennis Ross, que ingressou na organização depois de deixar o governo em 2001, e Aaron Miller, que mora em Israel e viaja frequentemente para a região, foram todos figuras proeminentes com relações tensas com Israel ou com organizações pró-Israel. Essas pessoas estavam entre os conselheiros mais próximos do presidente Clinton durante a cúpula de Camp David em julho de 2000. Embora todos os três apoiassem o processo de paz de Oslo e fossem a favor do estabelecimento de um estado palestino, eles só o fizeram dentro dos limites aceitáveis de Israel. (MEARSHEIMER ; WALT, 2006, p. 18)

3.2.2 Governo de George W. Bush (2001 - 2009)

A política do governo Bush em relação a Israel e ao conflito árabe-israelense passou por seis épocas diferentes. Em primeiro lugar, até 11 de setembro, George W. Bush geralmente apoiou Israel enquanto mantinha seu governo separado do conflito árabe-israelense. Em segundo lugar, de 11 de setembro a junho de 2002, o governo trabalhou ativamente para acabar com o conflito israelo-palestino a fim de construir o apoio muçulmano para a guerra de Bush contra o Talibã no Afeganistão e a próxima guerra contra o Iraque. A morte de Yasser Arafat em novembro de 2004 expôs os esforços em curso dos EUA para facilitar uma aliança palestino-israelense; o melhor exemplo desses esforços foi o Roteiro de abril de 2003, que pretendia levar a um acordo de paz (FREEDMAN, 2012). O governo também desenvolveu uma política que defende a democratização do mundo árabe como forma de prevenção ao terrorismo.

O quarto período, da morte de Arafat em novembro de 2004 à vitória eleitoral do Hamas em janeiro de 2006, demonstrou uma tentativa de pressionar politicamente Mahmoud Abbas, que também coordenava com os palestinos o plano de Israel para uma retirada unilateral de Gaza. A quinta fase, que durou de janeiro de 2006 a junho de 2007, caracterizou-se por

crecentes dificuldades para os Estados Unidos no Iraque, desviando o foco do governo do conflito árabe-israelense. (FREEDMAN, 2012).

O programa dos Estados Unidos de democratização do mundo árabe entrou em colapso ao mesmo tempo e, para piorar as coisas, durante esse período, Israel e os palestinos estavam cada vez mais em desacordo entre si e, no verão de 2006, Israel e o Hezbollah entraram em combate. A sexta fase, que durou de julho de 2007 a janeiro de 2009, demonstrou o último esforço do governo Bush para alcançar o notável acordo de paz entre Palestina e Israel (FREEDMAN, 2012).

A partir da década de 1990, e particularmente após o 11 de setembro, o apoio dos Estados Unidos a Israel foi justificado por alegações de que ambas as nações estavam sob ataque de organizações terroristas com raízes no mundo árabe ou muçulmano, bem como um grupo de "Estados párias" que deram apoio a essas organizações e buscaram grandes quantidades de armas nucleares. Essa lógica, de certa forma, sugeria que Washington deveria dar a Israel um cheque em branco para lidar com os palestinos e se abster de pressionar Israel a fazer concessões até que todos os terroristas palestinos sejam capturados ou mortos. Além disso, significava que os Estados Unidos devem perseguir nações como a República Islâmica do Irã, o Iraque de Saddam Hussein e Síria de Bashar al-Assad. Naquele momento Israel era visto como um aliado crucial na guerra contra o terror, porque seus inimigos são os inimigos da América”(MEARSHEIMER; WALT, 2006).

Entretanto, tratar Israel como o aliado mais importante dos Estados Unidos na campanha contra o terrorismo e as diversas ditaduras do Oriente Médio exagera a capacidade de Israel de ajudar nessas questões e ignora as formas como as políticas de Israel dificultam os esforços dos EUA. Além disso, o apoio inquestionável a Israel também enfraquece a posição dos EUA fora do Oriente Médio. As elites estrangeiras consistentemente veem os Estados Unidos como apoiadores demais de Israel e acham que sua tolerância à repressão israelense nos territórios ocupados é moralmente obtusa e uma desvantagem na guerra contra o terrorismo. Em abril de 2004, por exemplo, 52 ex-diplomatas britânicos enviaram o primeiro-ministro Ministro Tony Blair uma carta dizendo que o conflito Israel-Palestina havia “envenenado as relações entre o Ocidente e os mundos árabe e islâmico”, e alertando que as políticas de Bush e do primeiro-ministro Ariel Sharon eram “unilaterais e ilegais” (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 6).

Vale ressaltar também, que neste período de administração de Bush o lobby israelense esteve presente como nunca antes, uma vez que, trabalhou com sucesso para convencer os líderes americanos a apoiar a repressão contínua de Israel aos palestinos e a mirar nos principais

adversários regionais de Israel: Irã, Iraque e Síria, fator que influenciou para que iniciasse a Guerra do Iraque no dia 20 de março de 2003.

A pressão de Israel e do Lobby não foi o único fator na decisão dos Estados Unidos de atacar o Iraque em março de 2003, mas foi significativo. Alguns americanos acreditam que esta foi uma "guerra do petróleo", no entanto, quase não há evidências diretas para apoiar essa afirmação. Em contraste, o desejo de tornar Israel mais seguro serviu como uma grande força motriz por trás da guerra. A "ameaça real" representada pelo Iraque não era uma ameaça, de acordo com Philip Zelikow, ex-diretor-executivo da Comissão do 11 de setembro e atual assessor da secretaria de Estado Condoleezza Rice. Zelikow atuou no Conselho Consultivo de Inteligência Externa do Presidente (2001-2003) e afirmou que a "ameaça não declarada" era uma "ameaça contra Israel" em um discurso proferido na Universidade da Virgínia em setembro de 2002. Ele acrescentou que "o governo americano não quer apoiá-la publicamente porque não é uma posição popular" (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 35).

3.2.3 Governo de Barack Obama (2009-2017)

A presidência de Obama é vista como um momento de "desengajamento" e está associada a um certo grau de desacordo entre os governos dos EUA e de Israel. Isso se deve principalmente devido à sinalização do governo Obama de acordo com a construção de casas no leste de Jerusalém em 2010 e, mais importante, o estabelecimento do acordo nuclear iraniano em 2015 (CELIN, 2018).

No entanto, as relações entre essas nações não exibiram um "esfriamento" em suas interações ou mesmo seu "relacionamento especial" durante a presidência de Obama. Contudo, este período caracterizou-se por um aumento dos montantes de ajuda externa que, mesmo após o estabelecimento do acordo de ajuda militar assinado até 2028, foi constante nos discursos de Obama. Isso era verdade mesmo quando o governo norte-americano continuou a apoiar a criação de "dois estados" ao mesmo tempo em que renova o compromisso dos Estados Unidos com a segurança de Israel e seu objetivo de auxiliar na busca da paz na região (CELIN, 2018). Outro motivo, diz respeito à decisão do então presidente de se abster de votar a favor de uma resolução da ONU que foi contra os interesses de Israel em 2016.

Ao contrário da prática dos Estados Unidos de se abster de abordar as resoluções da ONU que prejudicariam os interesses do Estado judeu, os registros da Câmara dos Representantes de 2015 mostram que os Estados Unidos se opuseram a apenas 18 dessas resoluções porque eram "tendenciosas contra Israel" (CALANDRIN; MAGNOTTA, 2015).

O ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, afirmou ainda que a relação entre esses dois países seria "inquebrável" e listou Reinhold Niebuhr como um de seus autores favoritos. Os ensinamentos de Niebuhr ajudaram Obama a governar, particularmente durante o primeiro ano de sua administração, indicando a influência e presença de ideias cristãs em sua administração. Por mais que a relação com Israel tenha se esfriado um pouco durante o governo de Barack Obama, em sua eleição, surpreendentemente ele recebeu grande apoio do eleitorado judeu, do qual obteve 78% dos votos, representando a demanda por uma nova relação com Israel (FINGUERUT, 2009, p. 31).

De acordo com Mearsheimer (2009), o lobby israelense continuou exercendo influência significativa no governo Obama, que pode ser vista pela rejeição da indicação de Charles Freeman para o Conselho Nacional de Inteligência. Charles Freeman é um diplomata norte-americano com uma sólida carreira trabalhando para o público, tendo passado mais de três décadas como diplomata e funcionário do Departamento de Defesa, mas no contexto exposto, ele teria feito oposição à "relação especial" entre os Estados Unidos e Israel, sendo altamente criticado pelo membro da AIPAC Steven Rosen e habitual Lobby na atividade do Capitólio, o que levou à sua demissão do cargo.

Neste período, pode-se perceber que a teoria estruturalista de Waltz também falha em explicar o motivo da aliança entre Estados Unidos e Israel. Devido ao comportamento e ideologias do então presidente, não havia motivos muito claros para fortalecer essa aliança mais ainda. Porém, percebe-se que mesmo assim, o lobby não deixou de exercer sua influência, explicando então, de maneira mais clara o porquê que esse apoio permaneceu forte.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender como se formam as alianças no sistema internacional, que transcende a forma como os Estados se conduzem, leva a uma compreensão da natureza dos eventos e da fenomenologia que configuram o espaço internacional. Dito de outra forma, envolve compreender o mundo em que vivemos. O intrincado processo que determina como os Estados irão interagir tem impacto nas questões sociais que um mundo globalizado enfrenta, bem como na dinâmica global que se reflete no cotidiano das pessoas. Uma ilustração desse procedimento é a formação da aliança entre os Estados Unidos e Israel.

Desde a fundação do Estado Judeu em 1948, os Estados Unidos e Israel assinaram um acordo que nunca fora questionado ou dissolvido. Por meio das discussões que foram observadas ao longo do arcabouço textual apresentado, a pesquisa foi estreitada com o objetivo

principal de identificar a relação entre as variáveis que explicam a formação dessa aliança, dentro do recorte temporal de 1948 até 2017. Neste sentido, a primeira parte deste artigo consistiu na adoção de uma abordagem teórica a fim de elucidar teorias das relações internacionais para que haja uma melhor compreensão dos motivos pelos quais os países formam alianças, sejam por motivos estruturais e de estratégia, ou seja por motivos de interação entre política externa e política interna, mais especificamente o lobby.

No que tange a segunda e terceira seção foram aplicadas tais teorias no contexto de formação de alianças entre Estados Unidos e Israel desde a criação do Estado de Israel, chegando a conclusão de que, em vários momentos a teoria estrutural de Waltz pode explicar o apoio que esses dois países dão um ao outro, uma vez que, em vários momentos da história dessa aliança, pode-se perceber, principalmente no contexto pré e durante a Guerra Fria, que Israel serviu como uma arma estratégica contra a União Soviética. Porém, em outros momentos, no que tange o contexto Pós Guerra Fria, os motivos estratégicos não são suficientes para explicar esse apoio incondicional, chegando a conclusão de que o lobby foi o principal motivador de fortalecimento da aliança.

Por fim, determinou-se através deste artigo várias propostas que a aliança entre os Estados Unidos e Israel envolvia um processo multifacetado que foi examinado neste estudo nos níveis de análise internacional, estrutural e unitária. As propostas feitas aludem a ideias que sugerem a possibilidade de estudos aprofundados que possam complementar o esforço feito neste estudo para mensurar o que explica a formação da aliança entre Estados Unidos e Israel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. A geopolítica e o conflito Palestino-Israelense: dos Acordos de Oslo à Primavera Árabe. **História**, Franca-SP, v. 33, n. 2, p. 14-36, jul./dez. 2014.

BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. The United States and Israel since 1948: A "Special Relationship"? **Diplomatic History**, v. 22, n. 2, p. 231-262, 1998.

BARD, Mitchell G. **Mitos e fatos: a verdade sobre o conflito árabe-israelense**. São Paulo: Editora e Livraria Sêfer, 2004. Acesso em: 09 nov. 2022.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 2 ed. Brasília: Ed. UnB, 1986.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. 1991. **Dicionário de política**. 11ª ed. Tradução de Carmem C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacaís e Renzo Dini Brasília: UNB.

BOWLES, Matt. US Aid: The Lifeblood of Occupation. **Washington Report on Middle East Affairs**, 3 out. 2011. Disponível em: <https://www.wrmea.org/congress-u.s.-aid-to-israel/us-aidthe-lifeblood-of-occupation.html>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BRITANNICA, Os Editores da Enciclopédia. **Lobbying**. **Enciclopédia Britânica**, 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/lobbying>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CELIN, Germano José Avendaño. **A aliança dos Estados Unidos e Israel: a política externa estadunidense e seu conteúdo religioso**. 99 f. 2018. Monografia (Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2018.

CHOMSKY, Noam. The Israel Lobby?. **ZNet**, 2006. Disponível em: <http://www.zcommunications.org/the-israel-lobby-by-noam-chomsky>. Acesso em: 09 nov. 2022.

DEMANT, Peter. **Desafios islamistas e respostas ocidentais: o debate sobre o islã e o Oriente médio nos EUA desde o 11 de setembro de 2001**-Carta Internacional, março (2006). Disponível em: <https://cartainternacional.abri.org.br>

KIM, Suyani. Você sabe o que é lobby político? **Politize**, 2 abr. 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lobby-politico-o-que-e/>. Acesso em: 09 nov. 2022.

KLARE, M. Beyond the 'Vietnam Syndrome': U.S. Interventionism in the 1980s. Washington, D.C.: **Institute for Policy Studies**, 1981. Acesso em: 02 nov. 2022.

FARHAT, Said. Lobby: O que é, como se faz. **Editora Peirópolis**. São Paulo: 2007.

FINGUERUT, Ariel. **Correntes de pensamento na formulação da política externa estadunidense após o fim da Guerra Fria: a equipe de governo de Barack H. Obama em**

perspectiva comparada. In: AYERBE, L. Fernando (org.) *De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina.* São Paulo: Editora Unesp, 2009.

BAR-SIMAN-TOV, Yaacov. The United States and Israel since 1948: a “special relationship”?. **Diplomatic History**, v. 22, n. 2, p. 231-262, 1998.

FREEDMAN, Robert Owen (Ed.). **Israel and the United States: six decades of US-Israeli relations.** Westview Press, 2012.

LASENSKY, Scott. Dollarizing Peace: Nixon, Kissinger and the Creation of the US–Israeli Alliance. *Israel Affairs*, v. 13, ed. 1, p.164 - 86, jan. 2007.

LIEBER, Robert J.; LIEBER, Robert James. **The American era: power and strategy for the 21st century.** Cambridge University Press, 2005.

MEARSHEIMER, John. **The Lobby Falters.** *London Review of Books*, v. 31, n.6, março 2009. Disponível em: [http:// www.lrb.co.uk/v31/n06/john-mearsheimer/the-lobby-falters](http://www.lrb.co.uk/v31/n06/john-mearsheimer/the-lobby-falters).

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. The Israel lobby and US foreign policy. 2006.

MOSHE, Gilboa, **Six Years, Six Days: The Origins and Events of the Six Day War** (Tel Aviv: Am Oved, 1969), pp. 34, 36. [Hebrew]

ROSSINOW, D. “The Edge of the Abyss”: The Origins of the Israel Lobby, 1949- 1954. **Modern American History**, vol. 1, n. 1, p. 23-43, 2018.

SCHOENBAUM, David. The United States and the State of Israel. Oxford: **Oxford University Press**, 1993. Acesso em: 1 nov. 2022.

THOMAS, Clive S. **Research Guide to U.S. and International Interest Groups.** Westport: Praeger, 2004.

VECHIATO, Rafaela da Costa et al. **O lobby de Israel nos Estados Unidos e a imagem do estado israelense no âmbito internacional.** Monografia (Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

WAXMAN, Dov. Beyond Realpolitik: The Israel Lobby and US support for Israel. **Israel Studies Forum**, v. 22, ed. 2, p. 97–114, 2007. Disponível em: <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/israel-studies-review/22/2/isf220205.xml>. Acesso em: 30 set. 2020.

YERGIN, M. The Prize: **The Epic Quest for Oil, Money, and Power.** New York: Simon & Schuster. 1991. Acesso em: 09 nov. 2022.